

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro, realizada no
dia 8 de abril de 2026**

Aos 8 (oito) dias do mês de abril do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), na sala de reuniões do Centro Municipal de Proteção Civil, no edifício dos Paços do Concelho, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o Quadriénio de dois mil e vinte e cinco a dois mil e vinte e nove: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo, o Vice-Presidente, Adelino da Silva Cunha, e a/os vereadora/es, Ana Genoveva da Silva Araújo, Diogo Carrasqueiras Pereira e António Manuel da Cunha Martins.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas 10h00 (dez horas). -----

Por determinação do senhor Presidente, secretariou esta reunião a chefe de gabinete de apoio à Presidência, Liliana Clementina Machado de Sousa. -----

O senhor Presidente iniciou a sua intervenção cumprimentando os/as presentes e desejando que a Páscoa tenha sido excelente para todos/as.-----

Seguidamente, o senhor Presidente colocou a ata da reunião do dia 25 (vinte e cinco) de março de 2026 (dois mil e vinte e seis) à consideração dos/a senhores/a vereadores/a e, não tendo sido feito qualquer reparo, foi a mesma posta a votação, sendo aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

No período de antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente informou os/a senhores/a vereadores/a das atividades, iniciativas e outras situações ocorridas e a decorrer no Município, tendo comunicado:-----

- O Município marcou presença na XXI (vigésima primeira) edição da Feira de Nanterre, em França. Reconhecidamente, este foi um momento importante de reencontro com a comunidade terrabourense emigrada nesta zona de França, bem como no Luxemburgo. *“Os/as nossos/as conterrâneos/as recebem-nos sempre com muito carinho e de forma muito calorosa. Foi, sem dúvida, um momento de divulgação das tradições, dos produtos locais, alimentado por um grande espírito comunitário.”* -----

- Do dia 24 (vinte e quatro) ao dia 26 (vinte e seis) de abril decorrerá a Abertura da Época Termal, na Vila do Gerês, conjugada com as Comemorações do 25 de Abril, e com um

programa cultural diversificado. O programa inicia na sexta-feira, dia 24 (vinte e quatro), com a atuação do grupo Antíkua e com a participação especial dos/as alunos/as da Escola de Música de Terras de Bouro. No dia 25 (vinte e cinco), da parte da manhã, decorrerá a inauguração da Célula Defensiva de Bouro, no Campo do Gerês e, de seguida, a realizar-se-á a Cerimónia Comemorativa do 25 de abril, no auditório Prof. Dr. Emídio Ribeiro, para a qual serão convidados todos/as os/as eleitos/as locais, bem como a comunidade. Nesse mesmo dia à noite, haverá o concerto dos Delfins. O domingo, dia 26 (vinte e seis), será um dia dedicado às tradições através do Festival Folclórico. Durante todo o evento, existirão expositores de artesanato e produtos locais, bem como de gastronomia local. Este será um evento de relevante importância para promoção das Termas do Gerês, bem como para o turismo da região, fomentando assim a economia local. Para a realização deste evento, encontra-se estimado um custo de cerca de 54.000,00€ (cinquenta e quatro mil euros) para comportar o cachê dos grupos musicais, o aluguer de palco, tendas e stands, licenças, publicidade, segurança, entre outros. -----

- Foi celebrado com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamento da Justiça, I.P. (IGFEJ) o contrato de arrendamento do imóvel afeto à Conservatória do Registo Civil, Cartório Notarial e Conservatória do Registo Predial de Terras de Bouro. Este processo de atualização de renda de 0,20 € (vinte cêntimos) para 560,00€ (quinhentos e sessenta euros) foi um processo longo e complexo, pelo que o senhor Presidente se congratula pela sua conclusão. -----

- Foi recebido um convite, da Juventude Lusitana el Comité de Jumelage Le Beausset – Terras de Bouro, para as comemorações do seu 20.º (vigésimo) aniversário, a decorrer a 23 (vinte e três) e 24 (vinte e quatro) de maio. -----

- Foram apresentadas duas candidaturas ao Programa de Cooperação Transfronteiriço INTERREG POCTEP 2021-2027, uma para o mapeamento do espaço envolvente ao sítio arqueológico do “Sagrado” e outra para a requalificação da Galeria dos Miliários e reordenamento da Fronteira da Portela do Homem. -----

- A E-REDES, para o ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), prevê realizar nas redes de baixa tensão do concelho um investimento estimado em 699.000,00€ (seiscentos e noventa e nove mil euros). No que diz respeito a obras programadas, o investimento estimado inclui as seguintes intervenções: 50 (cinquenta) luminárias LED, 3 (três) novos postos de transformação, 15 (quinze) intervenções em postos de transformação e 15

(quinze) intervenções em redes de baixa tensão. A renda anual de concessão a pagar pela E-REDES ao Município, no presente ano, é de 345.975,18€ (trezentos e quarenta e cinco mil, novecentos e setenta e cinco euros e dezoito cêntimos).-----

- Foi aprovado na última reunião do Conselho Intermunicipal do Cávado as seguintes propostas: Contrato interadministrativo para a constituição de agrupamentos de entidades adjudicantes; Contrato interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências de Autoridades de Transportes entre a CIM do Cávado e os respetivos municípios; Aditamento ao contrato interadministrativo de partilha e coordenação de competências respeitantes ao serviço público de transporte de passageiros inter-regional no âmbito do RJSTP entre a CIM do Ave e a CIM do Cávado; Aditamento ao contrato interadministrativo de partilha e coordenação de competências respeitantes ao serviço público de transporte de passageiros inter-regional no âmbito do RJSTP entre a CIM do Cávado, a AMP e a CIM do Alto Minho; Critério de repartição de financiamento INCENTIVA +TP pelos Municípios da NUTS III Cávado – 2026. Estas propostas serão submetidas, na próxima reunião de Câmara, a deliberação do Executivo Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal.-----

- Foi renovado o contrato que assegura a manutenção do Plano Municipal de Desfibrilhação. Este programa iniciou em 2023 (dois mil e vinte e três) com seis desfibrilhadores alocados nos seguinte locais e meios: veículo da proteção civil, Grupo Desportivo do Gerês, Piscina de Paradela, Vila do Gerês, aldeia do Campo do Gerês e S. Bento da Porta Aberta. Face à importância deste equipamento em caso de paragem cardiorrespiratória, prevê-se também a instalação de mais dois desfibrilhadores: um na Escola Básica de Rio Caldo e outro na Escola Básica e Secundaria de Terras de Bouro.-

- Foi assinado o aditamento ao Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira entre este Município e o Fundo Ambiental, no âmbito das Ações de Requalificação e Melhoria das Condições de Visitação e das Condições de Segurança ao longo dos Caminhos Florestais, tendo por objeto a prorrogação do seu prazo de vigência, bem como a consequente adequação do prazo para apresentação do relatório final de execução. -----

- Decorrerá nos próximos dias 16 (dessásseis) e 17 (dezassete) de maio, em Rio Caldo, a 4.ª (quarta) edição de Seminários Caminhados – Natureza Adentro – Mutualismos, dedicada ao tema “As Árvores” e organizada pelo Agrupamento de Baldios da Serra do

Gerês, pela Associação de Compartes do Campo do Gerês, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e pela CRIA-Creating Knowledge with People, e apoiada pelo Município de Terras de Bouro e pela Junta de Freguesia de Rio Caldo.-----

- Foi apresentado o relatório de desempenho, de janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco) a fevereiro de 2026 (dois mil e vinte e seis), do BUPi (Banco Único do Prédio), destacando-se a realização da georreferenciação de 2.072 (duas mil e setenta e duas) matrizes. Das 31.776 (trinta e uma mil, setecentos e setenta e seis) matrizes registadas no concelho, encontram-se georreferenciadas 12.871 (doze mil, oitocentos e setenta e uma), representando assim 41% (quarenta e um por cento) de taxa de execução.-----

- O processo de compra do prédio rústico, com a área de 1.661,00 m² (mil, seiscentos e sessenta e um metros quadrados), ao Centro de Solidariedade Social de Valdosende está concluído. Será, brevemente, contratado o serviço de elaboração do projeto para a requalificação daquela área de domínio público.-----

Continuando, o senhor Presidente apresentou, em formato PowerPoint, o Diagnóstico Rodoviário e as Propostas de Intervenção nos Traçados das Estradas Nacionais, tendo por base o Estudo Preliminar de Viabilidade de Traçado focado na requalificação das infraestruturas rodoviárias do concelho. Este estudo incide sobre três eixos fundamentais que estruturam a mobilidade local e o acesso ao interior do nosso território, ou seja, a extensão de 6.105 m (seis mil, cento e cinco metros) da Estrada Nacional 205-3 (EN205-3), a extensão de 8.800 m (oito mil e oitocentos metros) da Estrada Nacional 304 (EN304) e a extensão de 9.600 m (nove mil e seiscentos metros) da Estrada Nacional 307 (EN307). Atualmente, para além do avançado estado de degradação do piso, as referidas estradas apresentam um traçado sinuoso, com muitas de curvas de raio reduzido, conflitos de visibilidade, devido à orografia e à vegetação densa, e perfis transversais exíguos, ou seja, a largura da faixa de rodagem, em muito locais, dificulta o cruzamento entre veículos pesados. Por conseguinte, este Estudo Preliminar visa, de um modo geral, intervenções para: otimização da velocidade base, segurança e conforto, compatibilidade ambiental e viabilidade de traçado. O objetivo primordial da proposta de intervenção é a requalificação integral das condições de operacionalidade das EN205-3, EN307 e EN304, reforçando a segurança rodoviária e pedonal, e melhorando a ligação à cidade de Braga. Das várias intervenções previstas no referido estudo, foram destacadas as seguintes: ----

- Criação de passeios pedonais; -----

- Eliminação/melhoria de curvas potencialmente perigosas, nomeadamente a “curva do Eiras”, em Covide;-----
- Colocação de rails e sinalética vertical e horizontal; -----
- Substituição do piso; -----
- Particularmente, em Rio Caldo, junto ao S. Bento da Porta Aberta, criação de uma zona destinada à inversão de marcha segura dos veículos pesados de passageiros. --
- Requalificação, através do projeto que já se encontra aprovado, da entrada no concelho através de Rio Caldo, melhorando a imagem dessa zona, bem como garantir a segurança dos peregrinos do São Bento da Porta Aberta. -----

O Estudo Preliminar, agora apresentado, já foi enviado para a Infraestruturas de Portugal e será enviado também para o Ministério das Infraestruturas e da Habitação, com o objetivo de se obter um reforço, através de uma Resolução do Conselho de Ministros, da verba de 5 (cinco) milhões de euros para investimento nas estradas nacionais, sobretudo na EN307, já contemplada na Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2025, de 20 de março. -----

Terminada a sua intervenção, o senhor Presidente perguntou aos/à senhores/a vereadores/a se queriam usar da palavra para pedir algum esclarecimento ou apresentar algum assunto. Foi respondido que sim pelo senhor vereador Diogo Pereira. -----

Seguidamente, usando da palavra, o senhor vereador Diogo Pereira começou por cumprimentar todas/os as/os presentes e questionar sobre a real intervenção na “curva do Eiras”, em Covide. -----

De imediato, o senhor Presidente, através da projeção da imagem do traçado, explicou com clareza a intervenção prevista. Para além da criação de um traçado alternativo, manter-se-á o traçado existente, para acesso às habitações, mas apenas com um sentido, de forma a garantir a segurança do mesmo. -----

Continuando, o senhor vereador Diogo Pereira pediu esclarecimentos sobre o problema, ocorrido no fim de semana passado, relativo ao abastecimento de água no lugar da Assureira, em Vilar da Veiga, e o facto da Fonte do Eiras, da Vila do Gerês, uma fonte de muito interesse para os turistas e termalistas, se encontrar inativa e possuir uma placa de “Água não Controlada”. -----

De seguida, e de forma a esclarecer os assuntos apresentados, o senhor Presidente, sobre o abastecimento de água na Assureira, leu a informação técnica apresentada pela técnica superior Liliana Azevedo. *“Na passada sexta-feira, ao final da tarde, parte do lugar da Assureira ficou sem abastecimento de água. Importa esclarecer que, neste local, existem dois reservatórios: um situado na parte mais elevada e outro a meio do lugar. O reservatório superior é abastecido pela água da Carona, sendo que o excedente transita para o reservatório intermédio. Sempre que estes reservatórios ficam sem água, existe a possibilidade de interligação com o reservatório do Zanganho. De momento a equipa de piquete encontra-se a averiguar a razão pela qual a água não está a chegar ao reservatório superior. Relativamente à situação verificada nesse dia, em que a água se apresentou mais turva, tal poderá dever-se ao facto de os reservatórios terem ficado vazios. Tratando-se de água de nascente, é natural que, nestas circunstâncias, ocorra alguma turvação devido à presença de partículas em suspensão. Por forma a evitar situações semelhantes, está já prevista uma intervenção de limpeza nos reservatórios, bem como uma verificação ao sistema de abastecimento, de modo a apurar a causa da redução do caudal. Informamos ainda que as análises realizadas até ao momento indicam que a água é própria para consumo humano. Ainda assim, por uma questão de precaução, será efetuada uma nova análise no próximo dia 10 de abril de 2026.”* -----

Relativamente à Fonte do Eiras, o problema é mais grave. A zona a montante apresenta-se com muita água à superfície e a rua existente acima da fonte apresenta sinais de abatimento. Existe a suspeita que a água infiltrada nos terrenos a montante tenha provocado o abatimento do piso e, conseqüentemente, provocado a rutura das condutas de saneamento, que são em grés, e o encaminhamento indevido da água da fonte. O Acesso às galerias subterrâneas existentes, para avaliação do problema, não é seguro, dado o risco de desabamento das mesmas. Deste modo, e atendendo à complexidade do problema, está-se a estudar tecnicamente uma solução para a sua resolução. Quanto à placa de “água não controlada”, a sua colocação é uma imposição da Entidade Reguladora do Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), uma vez que as análises desta água não estão incluídas no Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA). Uma vez que é objetivo da Câmara Municipal, no futuro, é incluir este sistema no PCQA, a placa, nessa altura, será retirada. -----

Ainda sobre a Ordem de Trabalhos, e no sentido de fundamentar o seu sentido de voto relativo às propostas apresentadas, o senhor vereador Diogo Pereira referiu o seguinte: -

- No tocante às propostas apresentadas nos pontos 1 (um), 3 (três), 4 (quatro) e 5 (cinco), as mesmas não oferecem dúvidas e não tem qualquer objeção, votando favoravelmente.

- Relativamente ao ponto 2 (dois), também votará favoravelmente, no entanto, sugere que se negocie, nestes casos e noutra semelhantes, contrapartidas às instituições ao nível cultural, através da realização de, por exemplo, teatros de rua e workshops. -----

- No que concerne à proposta apresentada no ponto 6 (seis), propõe a inclusão de algumas alterações e, conseqüentemente, o adiamento da sua votação. Mantendo-se a proposta hoje apresentada, votará contra e apresentará declaração de voto. As razões pela qual votará contra são as seguintes: -----

- Em Terras de Bouro não existem todas as ofertas formativas, o que impede alguns/mas alunos/as ter acesso a este apoio, criando desigualdade entre os jovens deste concelho; -----

- Uma vez aprovada na última reunião de Câmara a constituição do Conselho Municipal da Educação, órgão consultivo da educação, o mesmo deveria se pronunciar sobre esta medida, considerando que se poderá estar a incorrer num atropelo institucional. -----

- A medida não prevê atrair jovens de volta para estudar em Terras de Bouro, pois um estudante que já se encontra a frequentar o ensino secundário fora do concelho, regressando não tem direito ao apoio. -----

- Esta é uma medida mais demográfica do que de educação. -----

- Esta iniciativa passaria a ser uma verdadeira medida de justiça social se se dirigisse apenas a apoiar quem tem carências económicas.-----

Sobre este assunto, o senhor vereador Diogo Pereira defendeu que: *“esta proposta devia ser aperfeiçoada, pois ainda há tempo para o fazer”*. Acrescentado, alertou para a definição criteriosa dos critérios de elegibilidade aquando da elaboração do Regulamento Municipal.-----

- A criação do Cartão Municipal “Terras de Bouro”, proposta por si apresentada, e presente no ponto 7 (sete) da ordem de trabalhos, *“tem como objetivos a promoção da coesão social, o apoio direto às populações e a dinamização da economia local. Concentrando os apoios municipais, atualmente dispersos por diferentes instrumentos e procedimentos, facilitaria o seu acesso por parte dos munícipes e aumentaria a sua*

eficácia. Assim, este cartão funcionaria como um mecanismo único, simples, integrado e voltado para a modernidade que aproxime o Município das pessoas, facilite o acesso aos apoios e que valorize o comércio local. O Cartão Municipal “Terras de Bouro”, permitirá o carregamento de apoios sociais ou outros, devendo a sua fruição ser realizada, preferencialmente no comércio local. Este Cartão deverá integrar, de forma progressiva, as seguintes valências: apoios sociais (atribuição e gestão de apoios municipais através do carta e simplificação de processos administrativos); saúde e bem-estar (comparticipação em medicamentos e serviços, em articulação com farmácias locais); educação e juventude (apoios a estudantes, benefícios em atividades educativas e formativas e bolsas de estudo); comércio local (sistema de descontos e benefícios exclusivamente em estabelecimentos do concelho); mobilidade (utilização como título de transporte em soluções municipais existentes ou futuras); cultura e serviços municipais (acesso a equipamentos municipais, utilização e desconto na utilização dos equipamentos desportivos e, futuramente, integração como cartão de biblioteca). A emissão deste cartão será gratuita para residentes, realizada em suporte físico e digital, permitindo a adesão voluntária de parceiros locais e uma implementação faseada, começando pelos apoios sociais.” -----

Logo de seguida, o senhor Presidente informou que a proposta apresentada no ponto 2 (dois), pedido da utilização do auditório do Museu da Geira apresentado pela Associação Rural Vivo, é apenas para votar a isenção de pagamento de taxa de utilização deste espaço municipal. Quanto à oferta cultural, esta associação já dinamiza várias iniciativas que permitem a participação gratuita da população. -----

Prosseguindo, o senhor Presidente elucidou que a proposta apresentada no ponto 6 (seis), atribuição de benefícios para retenção de alunos/as no ensino secundário no Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, é uma medida de combate ao êxodo de alunos/as do ensino secundário para outros concelhos, independentemente da sua condição económica. Pois, como é do conhecimento de todos/as, os/as alunos/as com mais recursos financeiros são os/as que vão estudar para fora do concelho, e não os mais carenciados. Este é o tempo certo para aprovar a presente proposta, pois este é o tempo que os alunos/as decidem o seu destino para o próximo ano letivo. De acordo com a informação prestada pelo Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, menos de metade dos alunos/as que concluem ensino básico permanecem no ensino secundário do concelho. Por exemplo, no ano letivo 2022/2023 (dois mil e vinte e dois/dois mil e vinte e três), 62 (sessenta e dois)

alunos/as transitaram para o ensino secundário e apenas 24 (vinte quatro) escolheram frequentar a escola do concelho. Todos os critérios de elegibilidade serão, com certeza, definidos no Regulamento elaborado e aprovado para o efeito. -----

Quanto à criação do Cartão Municipal proposto pelo senhor vereador Diogo Pereira, o senhor Presidente informou que, no âmbito do Protocolo para a Disponibilização do Cartão de Múncipe na Aplicação Gov.pt subscrito por este Município e a Agência para a Reforma Tecnológica do Estado, I.P. (ARTE), já se encontra previsto a criação do Cartão do Múncipe. Este projeto comportará um investimento de cerca de 300.000,00 € (trezentos mil euros), que serão financiados através de uma candidatura, e está a ser tratado pela Divisão Administrativa e Financeira. Este cartão comportará as valências citadas pelo senhor vereador e outras, nomeadamente na área do urbanismo. Concluindo, o senhor Presidente disse: *“o Cartão do Múncipe permitirá, de forma faseada e através da chave móvel digital, o acesso a todas os serviços e apoios do Município, ou seja, suprime totalmente a necessidade de criar o cartão proposto pelo senhor vereador Diogo Pereira. Por essa razão, votarei contra a proposta.”* -----

De imediato, o senhor vereador Diogo Pereira, afirmou que *“não tive acesso a essa informação, mas o mérito da proposta fala por si. Por estar já estar previsto a criação do cartão pelo Município, entendo que deveriam votar favoravelmente a proposta.”* ----

De seguida, solicitou o uso da palavra o senhor Vereador António Cunha para informar que está a ser elaborado um projeto que prevê que todas as pessoas que fiquem hospedados em estabelecimentos do concelho receberão, automaticamente e através do seu telemóvel, um código que permitirá usufruírem de descontos na utilização dos diferentes equipamentos e serviços municipais e das empresas aderentes, fomentando a economia circular. Esta iniciativa tem como objetivo promover o turismo e incentivar quem nos visita a ficar alojado em Terras de Bouro. -----

Voltando ao ponto nº 6 (seis), denominada “Proposta – Educação”, a senhora vereadora Ana Araújo disse: *“é importante esclarecer aqui uma questão, assim como também abordar outra perspetiva. É importante esclarecer que, com exceção dos alunos que escolhem a via de ensino profissional, no ensino regular, pelo menos metade, ou até mais, dos alunos que transitam para o ensino secundário, escolhem a área de Ciências e Tecnologias. Na Escola Básica e Secundária de Terras de Bouro há essa área e Línguas e Humanidades. Alguns dos alunos que saem de Terras de Bouro no ensino secundário,*

não o fazem por falta da oferta formativa. Vão, sobretudo, para Braga, por outros motivos, mas também porque tem transportes públicos com horários compatíveis. -----

A outra perspetiva que falei anteriormente é a de que também se deve trabalhar na prevenção, a Escola, até através do SPO, na fase da orientação vocacional, deve transmitir aos alunos e aos encarregados de educação, que em Braga as turmas são muito grandes, com várias nacionalidades, que tem de sair muito cedo de casa e chegar muito tarde, o que, a longo prazo, se torna cansativo e se pode refletir nos resultados escolares. Em Terras de Bouro, as turmas são pequenas, o que é uma enorme mais valia, tem um corpo docente estável, assim como a autarquia é um parceiro de excelência do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro. É importante refletir sobre isto e atuar na prevenção. Todos os esforços para manter os alunos no ensino secundário em Terras de Bouro são necessários e urgentes.” -----

O senhor vereador António Cunha referiu também, sobre este assunto, que é muito importante a manutenção do ensino secundário em Terras de Bouro, o seu encerramento representaria um grave problema demográfico, pois não havendo respostas educativas, o concelho perde os/as seus/suas alunos/as e não há fixação de população. -----

Ainda sobre o problema demográfico, o senhor Presidente informou que tem existido, desde que é Presidente da Câmara, uma grande preocupação em criar condições para a fixação da população. Nesse contexto, deu dois exemplos de medidas: o complexo processo de revisão do Plano Diretor Municipal, que tem sido defendido no sentido de ser o mais ajustado possível às necessidades do território e não de acordo com as imposições das entidades representadas na comissão consultiva, e a Estratégia Local de Habitação, que prevê a criação de respostas habitacionais necessárias à fixação de população em Terras de Bouro. -----

Sendo 11h30 (onze horas e trinta minutos) e não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----